26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

ANAIS E DIÁRIOS DO SENADO: MATERIALIDADE E AUTORIDADE DOCUMENTAL

ANNALS AND JOURNALS OF THE SENATE: *DOCUMENTARY MATERIALITY AND AUTHORITY*

Fábio Liberal Ferreira de Santana – Universidade de Brasília (UnB)
Rodrigo Rabello – Universidade de Brasília (UnB)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: As publicações oficiais legislativas registram e estabilizam a atividade legislativa, mas sua autoridade documental depende de operações materiais, formais e institucionais que nem sempre permanecem visíveis ao usuário. Este trabalho tem por objetivo formular uma matriz de leitura para analisar como diferentes arranjos materiais dos Anais e Diários do Senado brasileiro participam da produção dessa autoridade. A investigação, de caráter teórico-analítico e orientação histórico-epistemológica, articula a ontologia documentária e a Diplomática Contemporânea, adotando como procedimentos metodológicos a revisão narrativa e a amostragem intencional de pontos de inflexão material no arco bicentenário das publicações oficiais legislativas. Como resultados, propõem-se três regimes documentários: o Regime de Monumentalidade, associado à constituição retrospectiva dos Anais como coleção impressa; o Regime de Industrialização Burocrática, vinculado à regularidade editorial, à padronização e aos instrumentos de consulta; e o Regime de Recuperabilidade, marcado pela interrupção dos Anais, pela automatização do Diário e pelo deslocamento da estabilização documental para a manutenção ativa e contínua de ambientes digitais. Conclui-se que a informação legislativa se converte em autoridade institucional por meio de práticas documentárias historicamente situadas.
Palavras-chave: publicações oficiais; documentação; registros; epistemologia da ciência da informação; recuperação da informação.

Abstract: Official legislative publications record and stabilize legislative activity, but their documentary authority depends on material, formal, and institutional operations that do not always remain visible to users. This paper aims to formulate an analytical framework to analyze how different material arrangements of the Annals and Journals of the Brazilian Senate participate in the production of that authority. The investigation, theoretical-analytical in nature and historical-epistemological in orientation, integrates documentary ontology and Contemporary Diplomatics, adopting as methodological procedure a narrative review and a purposive sampling of points of material inflection across the bicentennial arc of official

legislative publications. The results propose three documentary regimes: the Regime of Monumentality, associated with the retrospective constitution of the Annals as a printed collection; the Regime of Bureaucratic Industrialization, linked to editorial regularity, standardization, and consultation instruments; and the Regime of Recoverability, marked by the discontinuation of the Annals, the automation of the Journal, and the shift of documentary stabilization toward the active and continuous maintenance of digital environments. This paper concludes that legislative information is converted into institutional authority through historically situated documentary practices.
Keywords: official publications; documentation; records; epistemology of information science; information retrieval.

1 INTRODUÇÃO

As publicações oficiais legislativas costumam ser associadas à transparência institucional e à recuperação de informações sobre a atividade legislativa. Essas publicações, representadas neste estudo por Anais e Diários do Senado brasileiro, têm sido produzidas ao longo de toda a história bicentenária do Parlamento nacional e atualmente têm acesso público facilitado pelas tecnologias digitais. Essa eficácia informacional repousa sobre uma camada documentária menos visível: a das operações que conferem autoridade ao registro. Nas publicações oficiais, discursos e deliberações adquirem forma documental pública por meio de procedimentos de inscrição, validação e circulação que estabilizam a atividade legislativa como registro oficial.

Este trabalho investiga essa camada documentária articulando a ontologia documentária de Bernd Frohmann e a Diplomática Contemporânea para analisar formas historicamente situadas de produção da autoridade documental. Na ontologia documentária, o documento adquire força informativa em práticas documentárias mediadas por instituições, tecnologias e formas de circulação (Frohmann, 2008b). Para a Diplomática Contemporânea, forma, gênese, autenticidade e confiabilidade condicionam o reconhecimento do registro (Duranti, 1994). O recorte recai sobre os Anais e Diários do Senado brasileiro, nos quais suportes, rotinas editoriais, procedimentos burocráticos, instrumentos de consulta e infraestruturas digitais tornam observável a relação entre materialidade documental e autoridade institucional.

A questão que orienta a análise incide sobre as condições materiais, formais e institucionais pelas quais os Anais e Diários participam da produção de autoridade documental em diferentes regimes históricos. O objetivo é formular uma matriz de leitura para analisar como diferentes arranjos materiais das publicações oficiais legislativas concorrem para a produção dessa autoridade. De caráter teórico-analítico, a investigação organiza esse percurso

em três regimes documentários – Monumentalidade, Industrialização Burocrática e Recuperabilidade –, tomados como cortes heurísticos para acompanhar a conversão da informação legislativa em registro reconhecido como expressão válida da ação legislativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se na compreensão das condições materiais, institucionais e tecnológicas que permitem a produção, circulação e validação do registro oficial. Essa abordagem distancia-se do que Saldanha (2013) denomina "informacionalismo": a tendência, no campo da Ciência da Informação, de privilegiar a informação como conteúdo abstrato, sinal, dado ou representação mental, para concentrar-se na materialidade documental. Nesse enquadramento, a análise do documento demanda observar, para além do suporte físico e do dado nele contido, os arranjos que o tornam registrável, circulável e dotado de validade.

Esse é um dos pressupostos que orientam a ontologia documentária de Bernd Frohmann, segundo a qual o documento se apresenta como entidade material, social e institucionalmente operante. Para o autor, a materialidade envolve práticas pelas quais documentos adquirem estabilidade, circulação, resistência e capacidade de produzir efeitos sociais e institucionais, para além da presença física do suporte (Frohmann, 2008a). O documento opera como agente inscrito em práticas documentárias nas quais certas informações se tornam reconhecíveis e eficazes em determinado regime institucional.

No domínio dos documentos oficiais, as formas documentais próprias constituem modos de materialização da autoridade institucional. A autoridade desses registros resulta da articulação entre materialidade, forma documental e estatuto de prova. A análise desloca o foco do conteúdo do documento para o modo como ele se constitui como mediação autorizada entre uma ação institucional e sua inscrição pública. Essa mediação é produzida em condições históricas, materiais e institucionais específicas (Rabello; Rodrigues, 2016).

A crítica à imagem do documento como espelho neutro do real aproxima-se da formulação de que todo documento é também monumento (Foucault, 2005; Le Goff, 1994), produto de relações de força, seleção, conservação e legitimação. Sob outra lente analítica, voltada à gênese e à forma dos registros, Duranti (1994) trata o documento como prova da ação, destacando que sua força decorre das condições formais e institucionais que o tornam reconhecível como representação válida de determinado ato. A "verdade oficial" designa, aqui,

a versão da ação institucional estabilizada por práticas documentárias dotadas de autenticidade, sem implicar veracidade substantiva ou transparência factual.

A partir dessa articulação entre materialidade, forma documental e prova institucional, a validação material intrínseca orienta o exame da inscrição dessa autoridade na configuração material, formal e institucional do documento oficial (Frohmann, 2008a; Rabello; Rodrigues, 2016). Nessa expressão, "validação" corresponde ao processo pelo qual um registro se torna reconhecido como documento autorizado; sua dimensão material envolve práticas, suportes e infraestruturas; e sua dimensão intrínseca remete à gênese, à forma e aos procedimentos que incorporam essa autoridade à arquitetura do registro.

A forma documental participa da força probatória do documento ao organizar o registro segundo convenções que conferem autenticidade, estabilidade e reconhecimento institucional (Bellotto, 2002). A Diplomática Contemporânea estende a atenção à forma, à gênese e à autenticidade para a análise das reconfigurações tecnológicas dos registros (Duranti, 1994; Tognoli, 2013; 2018). A validação material intrínseca permite, assim, examinar como diferentes arranjos documentários sustentam a autoridade epistêmica do Estado, entendida como capacidade institucional de estabilizar versões autorizadas da ação pública sob a forma de documento oficial.

Neste trabalho, o operador é aplicado às publicações oficiais do Senado brasileiro. A análise examina como a autoridade documental se inscreve na coleção monumental dos Anais, na rotina burocrática destes e dos Diários e nas infraestruturas digitais de recuperação, autenticação e acesso.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como investigação teórico-analítica, de orientação histórico-epistemológica, voltada à construção de uma matriz de leitura das publicações oficiais legislativas do Senado brasileiro. Para formulação desse aporte conceitual, adotou-se a revisão narrativa e exploratória como procedimento de levantamento bibliográfico. A seleção da literatura teve caráter intencional, priorizando autores que operam a transição do suporte neutro para o documento como prova material institucionalizada. Essa seleção compõe um marco conceitual estruturado para dar suporte a investigações sobre a epistemologia da Ciência da Informação e a memória legislativa. Esta análise articula a fundamentação teórica apresentada na seção anterior, estudos sobre Anais e Diários do Senado (Santana, 2022; 2023)

e verificação exploratória da diversidade de suportes associados à produção, guarda e recuperação dessas publicações.

A análise toma como horizonte o arco bicentenário das publicações oficiais legislativas e opera por amostragem intencional de pontos de inflexão material. Foram privilegiados momentos em que a incorporação de tecnologias – da tipografia ao ambiente digital – modificou os modos de registrar, reproduzir, organizar e recuperar a atividade legislativa, afetando suportes, formas editoriais, rotinas de produção, instrumentos de consulta e infraestruturas de acesso.

Com base nesses pontos de inflexão, são formulados três recortes heurísticos: Monumentalidade, Industrialização Burocrática e Recuperabilidade. Esses regimes derivam de pesquisa documental acumulada sobre a trajetória dos Anais e Diários e funcionam como instrumentos de leitura de alcance seletivo. A Monumentalidade refere-se à constituição dos Anais como coleção impressa e retrospectiva; a Industrialização Burocrática, à padronização editorial e à rotina de produção das publicações oficiais; e a Recuperabilidade, à reconfiguração da autoridade documental em infraestruturas digitais de autenticação, preservação e acesso. Esses recortes tornam comparáveis configurações documentárias nas quais a autoridade dos registros se organiza de modos distintos.

A validação material intrínseca é aplicada a esses recortes para examinar como a autoridade documental se inscreve na produção, circulação, preservação e recuperação dos registros legislativos. Sua operacionalização incide sobre caracteres extrínsecos e intrínsecos – suporte, encadernação, seriação, padrões editoriais, instrumentos de consulta, autenticação, metadados e formas de recuperação –, observados como condições de estabilização do documento como prova institucional (Bellotto, 2002; Duranti, 1994; Tognoli, 2013; 2018). A pergunta metodológica concentra-se nos meios materiais, formais e institucionais pelos quais cada publicação opera como registro autorizado da ação parlamentar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As publicações oficiais legislativas organizam a atividade legislativa em uma cadeia documentária de registro, publicidade e estabilização. As atas registram sessões e deliberações; os Diários conferem publicidade periódica a esses registros e a outros atos do Parlamento; os Anais reúnem essa produção em coleção voltada à estabilização da memória legislativa (Santana, 2022; 2023). A seção examina como essa cadeia documentária participa da produção

de autoridade documental em três regimes: Monumentalidade, Industrialização Burocrática e Recuperabilidade.

4.1 A GÊNESE MONUMENTAL

Os Anais do Senado do Império formaram-se como operação de reunião e ordenamento dos registros da atividade legislativa. Desde as primeiras sessões, essa atividade era registrada em atas e divulgada em publicações periódicas, o que produzia circulação documental dispersa. Instituídos em 1858, os Anais passaram a reunir anualmente esse material em tomos impressos, organizados em sequência cronológica e dotados de índices onomásticos e temáticos. A compilação retrospectiva incidiu sobre o período anterior à publicação regular e estendeu-se por longo período: o tomo de 1826 foi publicado em 1877, a publicação do volume referente a 1827 ocorreu em 1910 e a complementação posterior, retomada na década de 1970, integrou volumes então inéditos à coleção documental do Império (Santana, 2022; 2023).

Essa organização dos registros em tomos impressos conferiu estabilidade documental a materiais antes fragmentados e caracteriza o primeiro corte analítico como Regime de Monumentalidade. Nessa configuração, a validação material intrínseca inscreve-se na forma da coleção – encadernação, seriação, ordenação cronológica, indexação e reconhecimento institucional –, que converte registros de circulação dispersa em objeto durável, consultável e investido de força probatória. A gênese dos Anais configura uma operação de monumentalização documentária, pela qual a ação parlamentar ganha peso institucional como coleção oficial e memória legislativa autorizada.

4.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO BUROCRÁTICA

No século XX, a produção das publicações oficiais legislativas assumiu a forma de rotina administrativa regular, vinculada à formalização contínua da atividade legislativa. A autoridade documental passou a apoiar-se em uma cadeia funcional de registro, revisão, impressão, publicação e consulta, na qual a atividade legislativa ganha permanência institucional ao ser formalizada, validada e publicada. A passagem da monumentalização retrospectiva para a regularidade seriada e impessoal caracteriza o Regime de Industrialização Burocrática.[1]

[1] A burocracia configura-se como manifestação da racionalidade prática, constituindo um sistema de condutas significativas que articula Estado e indivíduo. A administração burocrática moderna fundamenta-se, entre outros elementos, na produção e preservação de documentos escritos e arquivos (Weber, 2002).

Essa transformação acompanha a modernização administrativa do Legislativo. Baaklini (1993) descreve a estruturação de um corpo burocrático profissional, hierarquizado e tecnicamente especializado, associado à consolidação das atividades legislativas em bases regulares. No Senado brasileiro, essa estruturação expressa-se em rotinas progressivamente estabilizadas de registro, redação, revisão, impressão, publicação e informação oficial, que conferem estabilidade procedimental à produção dessas publicações (Barreto; Santana, 2024). Sob a perspectiva aqui adotada, tais rotinas integram a materialidade do documento, participando das práticas que lhe conferem estabilidade, circulação e reconhecimento institucional (Frohmann, 2008a).

A distinção entre Diário e Anais ganha nesse regime maior nitidez funcional e escala institucional. O Diário se firma como veículo da publicidade tempestiva da atividade legislativa em ritmo próximo ao da sessão; os Anais consolidam esse material em forma mais estável e perene. Esse arranjo pode ser observado, por contraste, nos volumes dos Anais de 1975, em que a supressão dos índices onomástico e temático configurou os volumes quase como encadernação dos Diários correspondentes. A exceção evidencia que a diferenciação documental entre Diário e Anais dependia de operações editoriais de ordenamento, indexação e acabamento material. Na rotina ordinária, a padronização diplomática, a repetição dos formatos e a regularidade editorial conferem aos registros aparência de impessoalidade e neutralidade, produzida por mediações técnicas e burocráticas intensas (Bellotto, 2002).

A rotina burocrática opera como caixa-preta institucional (Latour, 2012): a estabilidade reiterada da cadeia de produção documental torna pouco visíveis as operações que transformam a atividade legislativa em registro autorizado. Taquígrafos, revisores, editores, serviços gráficos, rotinas de publicação e padrões editoriais formam a infraestrutura humana e técnica que permite ao registro legislativo circular como documento oficial. Em termos frohmannianos, a materialidade do documento manifesta-se na estabilidade prática da publicação seriada, na regularidade do padrão editorial e no reconhecimento produzido pela repetição institucional (Frohmann, 2008a).

Nesse regime, a validação material intrínseca inscreve-se nos procedimentos reiterados, na padronização formal e na impessoalidade burocrática que convertem a instabilidade do debate parlamentar em documento público, seriado e reconhecido como expressão válida da ação institucional. A “verdade oficial” apresenta-se como versão institucionalmente estabilizada pela rotina documentária (Rabello; Rodrigues, 2016).

4.3 A RECUPERABILIDADE DIGITAL

A interrupção da produção dos Anais, em 2012, e o fim da tiragem do Diário do Senado Federal, em 2014, assinalam a descontinuidade da forma impressa como eixo de estabilização da memória legislativa (Santana, 2022; 2023). No caso dos Anais, a redundância dizia respeito ao conteúdo dos volumes em relação aos Diários, embora os índices e os modos de organização documentária não coincidissem integralmente. A solução institucional deslocou o investimento para a automatização do Diário e a oferta estruturada de suas informações, redefinindo a base material que assegura que localização, autenticação e acesso ajam como dimensões centrais da autoridade documental em ambiente digital. Esse deslocamento da fixidez da tinta no papel para a dependência da manutenção de arquiteturas lógicas e rastros computacionais contínuos caracteriza o Regime de Recuperabilidade.

Nesse regime, a autoridade epistêmica do Estado depende da operação regular das infraestruturas digitais de produção, preservação e acesso. Diferente da preservação baseada na fixidez passiva do papel, a estabilização documentária no ambiente digital requer manutenção ativa e contínua e resulta da articulação entre bases de dados, interfaces de busca, arquivos digitais, metadados e mecanismos de preservação. O registro mantém sua função probatória por dispositivos técnicos e institucionais que asseguram localização, integridade e vinculação à cadeia de produção documental.

A Diplomática Contemporânea orienta a análise dessa reconfiguração da forma documental no ambiente digital. Autenticidade, integridade e confiabilidade permanecem como questões documentárias, agora verificáveis por rastros de validação como metadados, identificação persistente, certificação digital, registros de sistema e condições de preservação tecnológica (Duranti, 1994, 2009; Tognoli, 2013; 2018). A forma documental recompõe-se em camadas lógicas, técnicas e institucionais.

Essa recomposição torna menos perceptíveis as mediações que sustentam a validade do registro. A caixa-preta institucional (Latour, 2012), antes associada à rotina editorial e burocrática, passa a operar também na infraestrutura digital: a validade do documento depende de procedimentos técnicos pouco visíveis, embora capazes de apresentar o registro correto, preservar sua integridade e vinculá-lo à cadeia documentária (Rabello; Rodrigues, 2016).

A leitura dos três regimes mostra que as mudanças tecnológicas reconfiguram os modos pelos quais a materialidade documental sustenta a autoridade institucional. No Regime de

Monumentalidade, essa autoridade se apoia na coleção encadernada e na fabricação material da memória legislativa; no Regime de Industrialização Burocrática, na rotina seriada, impessoal e padronizada da máquina administrativa; no Regime de Recuperabilidade, nas camadas lógico-computacionais do registro. Em todos os casos, as publicações oficiais legislativas funcionam como tecnologias de autoridade, convertendo a atividade legislativa em documento público, estável e reconhecido como expressão válida da ação institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três regimes documentários propostos mostram que a autoridade das publicações oficiais legislativas se sustenta em arranjos materiais historicamente variáveis. Nos Anais do Império, a constituição retrospectiva da coleção de tomos impressos instituiu uma memória legislativa de caráter monumental, conferindo continuidade material a registros antes dispersos. No século XX, a rotina editorial e burocrática dos Diários e Anais consolidou essa autoridade pela regularidade da publicação, pela padronização formal e pelos instrumentos de ordenamento e consulta. No ambiente digital, a interrupção dos Anais e a automatização do Diário deslocam a estabilização da permanência física conferida pela fixidez do impresso para a manutenção ativa e contínua de ambientes digitais.

A análise situa o acervo de publicações oficiais legislativas como objeto relevante para a reflexão epistemológica em Ciência da Informação ao evidenciar que sua força informativa depende de práticas documentárias, arranjos institucionais e tecnologias que conferem estabilidade ao registro e o tornam socialmente eficaz como meio de preservação da memória legislativa e de acesso à informação institucionalmente validada. Sob a perspectiva da ontologia documentária frohmanniana, essa eficácia se manifesta na capacidade dos Anais e Diários de estabilizar a ação legislativa como prova pública e de constituir seu registro como memória oficial e referência autorizada para a sociedade e para o próprio Estado.

A validação material intrínseca constitui uma matriz de leitura para investigar, em perspectiva histórica, as condições de produção da autoridade documental nas publicações oficiais legislativas. Aplicada a pontos de inflexão material, essa matriz orienta o exame de recomposições retrospectivas, atrasos de publicação, mudanças de suporte, lacunas, silenciamentos e migrações tecnológicas nos modos de publicidade, validação e preservação dos registros legislativos. As publicações oficiais legislativas afirmam-se como objetos

documentais nos quais a informação legislativa se converte em autoridade institucional por meio de práticas documentárias historicamente situadas.

REFERÊNCIAS

BAAKLINI, Abdo I. **O Congresso e o sistema político do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARRETO, Luciana da Silveira; SANTANA, Fábio Liberal Ferreira de. **Por trás da Mesa**: da mudança para Brasília à primeira votação remota da história. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Senado Federal; Secretaria-Geral da Mesa, 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976. Acesso em: 15 maio 2026.

DURANTI, Luciana. From digital diplomatics to digital records forensics. **Archivaria**, Ottawa, n. 68, p. 39-66, Fall 2009. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13229. Acesso em: 15 maio 2026.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Almedina, 2005.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008a. p. 19-34.

FROHMANN, Bernd. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science**, v. 8, n. 165, 2008b.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994. p. 525-541.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2016. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/189132. Acesso em: 15 maio 2026.

SALDANHA, Gustavo Silva. O Documento e a "Via Simbólica": Sob a Tensão da "Neodocumentação". **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013.

SANTANA, Fábio Liberal Ferreira de. Publicações oficiais da atividade legislativa: a oferta de anais e diários do Senado Federal na internet. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO LEGISLATIVA E JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12., 2022, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. p. 172-180. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40953. Acesso em: 15 maio 2026.

SANTANA, Fábio Liberal Ferreira de. **O papel do documento legislativo**: do manuscrito ao digital. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Câmara dos Deputados, Brasília, 2023. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41212. Acesso em: 15 maio 2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. 162 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f736bcea-f022-4f8d-9840-b210ed02eef5/content. Acesso em: 15 maio 2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 2, n. 6, p. 34-46, abr. 2018. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/143. Acesso em: 15 maio 2026.

WEBER, Max. Burocracia. *In*: WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 229-282.